

REGÊNCIA
POR EDUARDO CARLOS PEREIRA
E EVANILDO BECHARA:
UMA ABORDAGEM HISTORIOGRÁFICA

Anderson Ribeiro Foster
Glaucinei Dutra Galvão

1. Introdução

Este trabalho trata da análise e comparação da *Grammatica Expositiva – Curso Elementar*, de Eduardo Carlos Pereira, publicada em 1907, e da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, publicada em 1999, tendo como *corpus* o estudo dos textos do início do século XX de Ismael de Lima Coutinho⁴.

Nossa base teórica são os princípios propostos por Ernst Frideryk Konrad Koerner (1996) o princípio de contextualização – o estabelecimento do clima de opinião cultural da época em que determinado pensamento se desenvolveu, o princípio de imanência – estabelecimento de uma visão aprofundada, completa dos aspectos históricos, críticos e filológicos do material em questão e o princípio de adequação – o estabelecimento de aproximações mo-

⁴ Disponíveis em: <<http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/index.htm>>. Acesso em: 30-05-2016.

dernas do vocabulário técnico que permita a melhor apreciação do trabalho, conceito ou teoria. Os princípios de Ernst Frideryk Konrad Koerner exigem um vasto conhecimento sobre tema do estudo, pois é necessário buscar informações na história geral para chegar ao domínio do estudo.

O objetivo deste estudo é apontar as diferenças e as semelhanças das gramáticas no que se refere aos aspectos da *regência*, ou seja, a relação de subordinação que ocorre entre um verbo (ou um nome) e seus complementos.

A preocupação com o uso “adequado”, normativo da linguagem existe desde tempos de outrora, e sempre teve lugar de destaque para os estudiosos da linguagem verbal. Há muito tempo faz-se distinção entre o que é utilizado pelos usuários e o que é regulado pela norma e considerado “melhor vernáculo”. (GÓIS, 1938)

O estudo apresenta as visões dos gramáticos Eduardo Carlos Pereira e Evanildo Bechara, apresentando olhares diferentes sobre a língua, uma pequena contribuição sobre a transformação da visão de língua partindo do princípio de que a língua é, indubitavelmente, heterogênea e variável, de acordo com Joaquim Matoso Câmara Jr. (1985).

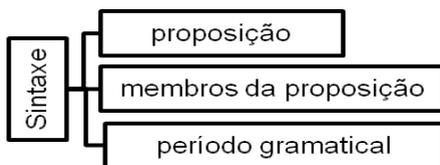
2. A regência em Eduardo Carlos Pereira (1907)

O autor da *Grammatica Expositiva – Curso Elementar*, Eduardo Carlos Pereira era republicano abolicionista engajado, missionário presbiteriano de grande representação no Brasil, pu-

blicou obras teológicas, filológicas e políticas e sua obra permaneceu cinco décadas como indicação do Colégio Pedro II e apresentou-se como mecanismo que reproduz na escola, o modelo de prestígio.

Destarte examinando o que propõem a *Grammatica Expositiva* e o que ocorre na língua, na primeira metade do século XX, quanto ao estudo da sintaxe e da regência, Eduardo Carlos Pereira descreve e classifica as regras sintáticas de uso da língua padrão, fazendo uso de uma linguagem destinada aos alunos do 1º ano do ginásio.

Para o autor, a sintaxe é, pois, o estudo das palavras combinadas para formar a proposição, e a das proposições combinadas para formar o período (PEREIRA, 1907, p. 189) e organiza os estudos da sintaxe da seguinte forma:



Entretanto, neste estudo, atentar-nos-emos ao estudo de um dos aspectos dos membros da proposição: a regência. Eduardo Carlos Pereira estabelece três desses processos: a concordância, a regência e colocação e cada um desses processos tendo dois aspectos: o normal ou natural e anormal ou figurado. Sendo assim, o autor declara:

Os termos da proposição em sua combinação lógica para a expressão lógica para a expressão do pensamento mantem entre si duas relações fundamentais: a relação de **coordenação** e a de **su-**

bordinação. A relação de subordinação ou dependência dos termos uns dos outros é o objeto de syntaxe de regência. (PEREIRA, 1907, p. 223).

A gramática de Eduardo Carlos Pereira também declara aos estudantes que:

Regencia grammatical é a propriedade de terem certas palavras outras palavras sob sua dependência, para lhes completar ou explicar o sentido. As primeiras chamam-se **regentes** ou **subordinantes**, e as outras **regidas** ou **subordinadas**. (PEREIRA, 1907, p. 223)

Essa relação de dependência entre os termos da oração é chamada de regência, que pode ser verbal ou nominal. O termo regido – a palavra – que depende de outra para obter sentido completo e de termo regente – a palavra – a que se subordina o termo regido.

Para Eduardo Carlos Pereira, as relações de regência são indicadas na frase de dois modos, pela posição e pela preposição e explica que a regência constrói o sentido entre os elementos de uma oração estabelecendo uma relação de dependência entre as palavras, para lhes completar ou explicar o sentido. As primeiras chamam-se regentes ou subordinantes e, as outras, regidas ou subordinadas.

Em *Grammatica Expositiva*, as relações de regência são indicadas na frase de dois modos, pela posição e pela predicação. A posição revela o sujeito e o objeto: em regra, o sujeito põe-se, imediatamente, antes do predicado que ele rege e o objeto depois do predicado de que é regido. Eduardo Carlos Pereira esclarece que “o sujeito e o predicado reclamam-se reciprocamente, este

como regido e aquele como regente. Todavia há predicados que exprimem fatos em si completos sem qualquer sujeito determinado”. (PEREIRA, 1907, p. 223)

Outrossim, o sujeito é o termo da oração que funciona como suporte de uma afirmação feita por meio do predicado, mas, em muitos casos, as orações não apresentam o sujeito, já o predicado é o termo da oração que, através de um verbo, projeta alguma afirmação sobre o sujeito.

Para Eduardo Carlos Pereira,

Estes predicados dizem-se sujeitos indeterminados, e são expressos pelos verbos impessoais (§249), exs: "Chove a cantapos" – "Troveja ao longe" – "Tem anoitecido sempre às seis horas" – "Pode escurecer de repente". Além dos verbos essencialmente impessoais, são os que denotam fenômenos da natureza inorgânica, ou, antes, fenômenos meteorológicos, outros há acidentalmente impessoais. Destes há dois grupos: a) uns que se tornam impessoais na 3.^a pessoa do singular, e b) outros na 3.^a pessoa do plural. (PEREIRA, 1907, p. 223 e 224).

Eduardo Carlos Pereira organiza o grupo A dos verbos que se tornam impessoais na 3.^a pessoa do singular e faz referência aos verbos da voz ativa e passiva. Os verbos da voz passiva são aqueles cujo sujeito é agente, isto é, pratica a ação expressa pelo verbo: Vejamos exemplos retirados de Ismael de Lima Coutinho “Desde cedo, o capitão Mascarenhas *andava* impaciente, batendo, de encontro ao soalho da fazenda, os grossos de suas velhas botas de couro” (O negro Eugênio). E os verbos que estão na voz passiva são aqueles que o sujeito é paciente, recebendo a ação expressa pelo verbo: “Nenhuma uma providência *passava* despercebida à

agudeza do seu cérebro” (COUTINHO, Ismael Lima. *O negro Eugênio*⁵).

Os compreendidos no grupo B são os verbos que se tornam impessoais na voz ativa, dando-se isso com os verbos *dizer, contar, relatar, julgar* etc., nas seguintes e semelhantes frases. Vejamos exemplos retirados da gramática de Eduardo Carlos Pereira (PEREIRA, 1907) “*Dizem* que ha gozos no correr da vida – *Contam* que ele faleceu. E unipessoais estes mesmos verbos na forma passiva, *Diz-se* que ha gozos no correr da vida – *Conta-se* que ele faleceu.”.

Os verbos auxiliares *ter, haver, poder e dever*, formando os tempos perifrásticos dos verbos impessoais, tornam-se por isso mesmo impessoais. As locuções verbais, constituídas de verbos auxiliares mais gerúndio ou infinitivo, são verbos que, em uma frase, desempenham papel equivalente ao de um verbo único. Eduardo Carlos Pereira declara que os verbos impessoais podem tornar-se pessoais nos seguintes casos:

a) Em sentido *proprio*, dando-se lhe sujeito adequado: " Si chove o céu, a todos molha."(A.V.) – " Amanheceu claro o dia" – " As nuvens trovejaram." b) Em sentido *translato* ou *figurado*: – " Ele choveu impropérios." – "O povo troveja gargalhadas" (C.C.B.) – " Chovem odios, que, em se evaporando, terão feito desabrolhar bem querenças" (A.C). (PEREIRA, 1907, p. 225)

Torna-se essencial compreender que os verbos impessoais pertencem àqueles verbos denominados defectivos e não possuem conjugação completa, tendo em vista os tempos e pessoas que in-

5

Disponível

em:

<http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/o_negro_eugenio_conto.pdf>. Acesso em: 30-05-2016.

tegram as conjugações verbais de uma forma geral. Verbos essencialmente impessoais podem, eventualmente, receber a categoria de pessoa.

Observando a seguinte oração extraída do conto *Tio Jacinto* de Ismael de Lima Coutinho: “Por ordem da sinhá Maria, trouxeram para junto da fogueira um ceisão de aipim, um cesto de batatas e muitos molhos de canna”, a construção da oração não corrobora com o apontamento de Eduardo Carlos Pereira: "O sujeito não pode estar subordinado a outra palavra, e por isso não pode ser regido de preposição. A preposição rege o verbo, por isso não deve contrahir-se com o artigo que determina o sujeito". (PEREIRA, 1907, p. 226)

Neste caso a construção deveria ser: “Por ordem de a sinhá Maria, trouxeram para junto da fogueira um ceisão de aipim, um cesto de batatas e muitos molhos de canna”. Eduardo Carlos Pereira acrescenta que a regra antecedente:

1ª Quando o sujeito do infinito de certos verbos se põe em relação complementar com o verbo que rege esse infinito. 2ª Quando o sujeito é um verbo no infinitivo, aparece às vezes, em escriptores de boa nota, a preposição **de**. (PEREIRA, 1907, p. 226)

Eduardo Carlos Pereira expõe no item 475 que o objeto regido de predicado, que é sempre, nesse caso, um verbo transitivo, a ele se prende pela sua simples posição, a não ser nos casos já mencionados em que se interpõe a preposição **a**: "Gente que segue o torpe Mafamede". (C.) – "Quem ama Beltram, ama seu cão". Eduardo Carlos Pereira continua expondo o conteúdo de regência de forma clara e exemplificada. Ao apresentar os casos em que o verbo muda de transitividade, declara:

Qualquer verbo *transitivo* pode tornar-se *intransitivo*, empregado em sentido absoluto, sem objeto expresso ou subentendido, por ex: " O preguiçoso que e não quer, mas a alma dos que trabalham engordará" (A.P.). Reciprocamente, muitos *intransitivos* tornam-se *transitivos*. (PEREIRA, 1907, p. 227)

É sabido que a transitividade verbal deve ser entendida como o movimento do significado do verbo em direção a um complemento, objeto direto, indireto. Logo, no caso dos verbos transitivos diretos, há o trânsito sem preposição e nos verbos transitivos indiretos há preposição que antepara o verbo de completar seu sentido de forma direta. E, sobre os verbos *custar*, *pesar* e *valer*, Eduardo Carlos Pereira (1907) analisa da seguinte forma:

Os verbos *custar*, *pesar* e *valer* assumem um caracter fictício de transitivos quando teem por objeto os substantivos que indicam o custo, peso ou valor, p. ex: *Isto custa dez mil réis, pesa tres arrobas e vale muita coisa*. (PEREIRA, 1907, p. 228)

A gramática de Eduardo Carlos Pereira esclarece alguns aspectos sobre o estudo da regência que poderia causar certa dificuldade aos seus estudantes como no caso dos verbos *custar*, *pesar* e *valer*, pois, não é preciso ir muito além para compreender as especificidades dos verbos.

Eduardo Carlos Pereira elucida aos estudantes que a regência verbal nada mais é do que a relação estabelecida entre os verbos e seus respectivos complementos, pois, nessa relação, há aqueles que, indispensavelmente, requerem o uso das preposições e partindo desse princípio, sobretudo apoiando-nos em mais um exemplo da *Grammatica Expositiva*, o item 479:

Duas ou mais palavras podem ter um complemento comum desde que tenha a mesma regência,exs.;" O desejo e o amor da gloria" –

"Elle deseja e ama a gloria". Seria incorreto dizer – se: " Ele é infenso e incapaz de amizade" – " Eu conheço e gosto deste livro". – Dir – se á: "Elle é infenso á amizade e della incapaz" – "Eu conheço este livro e gosto delle". (PEREIRA, 1907, p. 228)

Alguns verbos transitivos são empregados pelos clássicos com relativos, regendo a preposição “*de*”, outros verbos possuem dupla, tripla e até quádrupla regência e muitos verbos transitivos, seguindo de um infinito assumem, facultativamente, a preposição “*de*”. Nessa seção, discorreremos sobre alguns aspectos de regência em Eduardo Carlos Pereira (1907). Ao analisar um fenômeno tão complexo e com algumas modificações sofridas no decorrer do tempo, conclui-se que o estudo não ficará atado ao âmbito da sintaxe, mas também considera a pragmática e a semântica.

No próximo item, vamos apresentar a visão e organização de Evanildo Bechara sobre alguns aspectos da regência.

3. A regência em Evanildo Bechara (2009)

De acordo com a Academia Brasileira de Letras (2016) Evanildo Bechara é autor da *Moderna Gramática Portuguesa* um recifense que nasceu em 26 de fevereiro de 1928, professor, gramático, filólogo brasileiro, membro correspondente da Academia das Ciências de Lisboa e doutor honoris causa pela Universidade de Coimbra, Professor Titular e Emérito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e da Universidade Federal Fluminense (UFF), além de titular da cadeira nº 16 da Academia Brasileira de Filologia e da cadeira 33 da Academia Brasileira de Letras.

A *Moderna Gramática Portuguesa* apresenta a língua portuguesa e suas diversas manifestações aos professores, alunos e estudiosos da contemporaneidade. O autor defende que

a gramática descritiva é científica e deve registrar e descrever o sistema linguístico, mas é a gramática normativa que deve modelar o uso da língua entre os falantes, seja em termos pedagógicos ou no cotidiano. (BECHARA, 2009, p. 52)

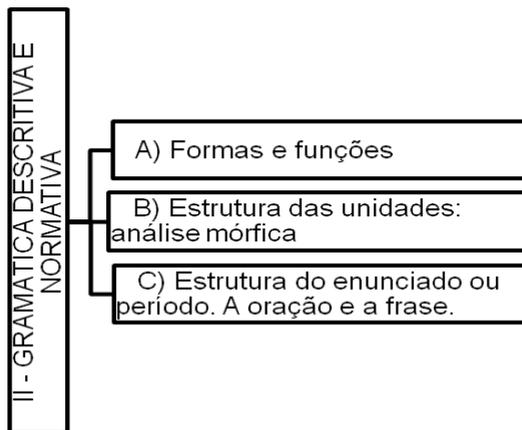
Há uma grande diferença entre a língua falada e a escrita, logo nenhuma língua do mundo consegue a perfeição de fazer com a língua escrita reproduza a realidade da língua falada. Para Evanildo Bechara:

Toda a manifestação da linguagem com vistas à comunicação com nossos semelhantes se constrói com uma sequência de unidades delimitadas por um silêncio que precede o início dessa atividade e o que se lhe segue, acompanhada de contorno melódico, também chamado curva de entonação e normalmente marcada, na escrita. (BECHARA, 2009, p. 406)

Falar da autoria de gramática é falar de ideias linguísticas, de questões da língua, da produção de um conhecimento sobre ela e, principalmente, da produção de instrumentos tecnológicos (AUROUX, 1992). A *Moderna Gramática Portuguesa* apresenta a mais completa soma de fatos e soluções de dúvidas da língua portuguesa, mas dentro das inúmeras possibilidades a serem estudadas sobre a gramática de Evanildo Bechara, este estudo versa sobre alguns aspectos de regência.

Para o autor, esta unidade linguística que faz referência a uma experiência comunicada e que deve ser aceita e apreendida cabalmente pelo nosso interlocutor dá-se o nome de enunciado ou

período (BECHARA, 2009, p. 406). Organiza o caminho para o estudo da regência da seguinte forma:



No item C, a *Moderna Gramática Portuguesa* apresenta uma subdivisão das unidades do enunciado: o item 1 – A oração: funções oracionais, 2 – Orações complexas e grupos o racionais: A subordinação, a coordenação e a justaposição, 3 – As chamadas orações reduzidas, 4 – As frases: enunciados sem núcleo verbal, 5 – Concordância, 6 – Regência e 7 – Colocação, mas este estudo aborda alguns dos aspectos da regência. Para Evanildo Bechara (2009, p. 407),

Entre os tipos de enunciados há um conhecido pelo nome de **oração** que, pela sua estrutura, representa o objeto mais propício à análise gramatical, por melhor revelar as relações que seus componentes mantêm entre si, sem apelar fundamentalmente para o entorno (situação e outros elementos extralinguísticos) em que se acha inserido. É neste tipo de enunciado chamado **oração** que se alicerça, portanto, a gramática, e será especificamente dela que trataremos. Mas antes devemos adiantar que o enunciado também aparece sob forma de **frase**, cuja estrutura interna difere da oração porque não apresenta relação predicativa. São às vezes sim-

ples palavras, outras vezes uma reunião delas, que são transpostas à função do e enunciado.

O estudo da regência verbal versa sobre a relação que se estabelece entre os verbos e os termos que os complementam (objetos diretos e objetos indiretos) ou caracterizam (adjuntos adverbiais). Já o estudo da regência nominal trata da relação existente entre um nome (substantivo, adjetivo ou advérbio) e os termos regidos por esse nome, essa relação é sempre intermediada por uma preposição. Na maioria dos casos de regência, verifica-se se o uso da preposição é ou não obrigatório, e se o usuário satisfaz ao que recomenda a normativa quanto a esse uso.

Evanildo Bechara esclarece que, se a preposição seguida de pronome não serve para introduzir este pronome (que funciona como sujeito), mas um infinitivo, usam-se as formas retas *eu* e *tu*, e não *mim* e *ti*. O verbo pedir pede objeto direto de coisa e indireto de pessoa a que se pede, mas se o objeto é licença (ou equivalente), pode-se acrescentar uma oração adverbial de finalidade que indique o objeto do pedido.

A variação linguística e, particularmente, a variação preposicional, possibilita ao falante pôr o sujeito de infinitivo antes ou depois desta forma verbal:

Está na hora de beber a onça água (posição rara), Está na hora de a onça beber água (posição mais frequente). Este último meio de expressão aproxima dois vocábulos (a preposição de e o artigo a) que a tradição do idioma contrai em da, surgindo assim um terceiro modo de dizer: Está na hora da onça beber água, construção normal, que não tem repugnado os ouvidos dos que melhor conhecem e escrevem a língua portuguesa. (BECHARA, 2009, p. 567)

Evanildo Bechara também explora as possibilidades das migrações de preposição para o autor, essas migrações resultam giros mais agradáveis ao ouvido e que afastam de certas durezas de estilo artificial a que poderia levar à construção rigorosamente gramatical. Sobre a repetição de preposição, posiciona-se da seguinte forma:

Sem atentar para a tradição do idioma e de suas raízes latinas, alguns autores (p. ex., Cândido Figueiredo) condenam a concorrência de prefixo com preposição em usos como *concorrer com*, *deduzir de*, *depende de*, *incluir em*, *aderir a*, *concordar com*, *coincidir com* etc. Daí repudiarem, por exemplo, a construção *consentâneo com*, recomendando se diga duas coisas *consentâneas* em vez de uma *coisa consentânea com outra*. Também substituem *uma coisa coincide com* outra por *uma coisa incide na outra*. São lições que, pela concorrência de prefixo e preposição, devem ser rejeitadas [VB.1]. (BECHARA, 2009, p. 569)

Algumas palavras na língua portuguesa necessitam de complementos para serem compreendidas adequadamente. Para Evanildo Bechara (2009) o rigor gramatical exige que não se dê complemento comum a termos de regência de natureza diferente. Além disso, discorre sobre os termos preposicionados e pronomes átonos, emprego de relativos precedidos de preposição e finaliza com uma relação de regência de alguns verbos e nomes.

4. Contos de Ismael de Lima Coutinho e as gramáticas de Pereira e Bechara

Ismael de Lima Coutinho fora contemporâneo de Eduardo Carlos Pereira, certamente Ismael de Lima Coutinho leu Eduardo

Carlos Pereira, tanto pela familiaridade de profissões, como pela relevância nos estudos de ambos na área de Letras.

Logo, a análise apresenta visões diferentes sobre a língua, levando em conta os estudos gramaticais de Eduardo Carlos Pereira, a influência exercida por este nos textos de Ismael de Lima Coutinho e o confronto com Evanildo Bechara que é tido como o mais importante da atualidade.

Como já dito anteriormente, a análise não pretende esgotar todas as possibilidades de estudo sobre o assunto, pois visa apenas à seleção de algumas incidências de casos de regência que aparecem nos dois contos escritos por Ismael de Lima Coutinho e que foram escolhidos para esta investigação.

4.1. Análise de alguns aspectos de regência nominal e verbal do conto "Tio Jacinto"⁶

Em “*em louvor de S. João*”. (l. 03). O autor usa o termo *S. João* como complemento do termo *louvor*. A relação sintática que se dá entre os nomes e os respectivos termos regidos, isto é, o nome da relação entre substantivo, adjetivo ou advérbio transitivo e seu respectivo complemento nominal é chamada de regência nominal. Logo *louvor* trata-se de um substantivo, e conforme os gramáticos Evanildo Bechara (2009) e Eduardo Carlos Pereira (1907), nessa relação que é tida como regência nominal, sempre

⁶ Disponível em: http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/tio_jacinto_conto.pdf. Acessado em: 30 de maio de 2016.

será intermediada por uma preposição, havendo assim, o consenso nesse caso do uso da preposição *de*.

Já em “*lambiam freneticamente o ar, sucedia aquella coluna de fogueira a fazer-se em brasas*”. (l. 08). Quanto ao verbo *suced*, rege objeto indireto, pois uma pessoa ou coisa sempre sucede a outro, dessa maneira não existe a forma “sucedê-lo”, mas sim “suced-lhe”. E conforme Eduardo Carlos Pereira (1907, p. 200), “Complemento indirecto é o que se prende uniformemente à palavra completada por meio de preposição”. O autor ainda faz a classificação desse complemento em: restrictivo, circuntancial e terminativo.

Segundo Evanildo Bechara (2009), os delimitadores semânticos verbais são denominados de *argumentos* ou *complementos verbais* e os verbos que precisam dessa delimitação semântica recebem o nome de *transitivos*.

O complemento objeto indireto– Integrada a delimitação da amplitude semântica do predicado complexo mediante um signo léxico (*complemento direto* ou *complemento relativo*), pode aparecer um outro signo léxico, subsidiário desse conjunto da função predicativa, que denota geralmente relação a um ser animado, introduzido pela preposição *a* e que se refere à pessoa destinada ou beneficiada pela experiência comunicada no primeiro momento da intenção comunicativa do predicado complexo (verbo + argumento). (BECHARA, 2009, p. 421)

Evanildo Bechara (2009), diz ainda que o complemento ou objeto direto indireto integra o conjunto *verbo+complemento ou complemento relativo*, mas que pode haver casos em que se omitam tanto o complemento relativo como o complemento direto, permanecendo, assim, na oração somente o indireto. Nota-se então

que em “*sucedía aquella*”, não houve o emprego da regência verbal, pois o termo regido exige a preposição *a*, uma vez que denota sentido de *vir depois, substituir, ser sucessor*. Porém, é possível que o autor do conto não tenha posto a crase em *aquella*, devido ao conto ter sido manuscrito, ou pelo fato do complemento verbal se tratar de pronome demonstrativo (*aquella*).

Na oração “Os moços *escolhiam as raparigas* com quem deviam, de mãos dada, passar sobre as ascuas escaldantes”. (l. 22) De acordo Eduardo Carlos Pereira (1907, p. 200), “Complemento directo ou objectivo, ou simplesmente, objecto é o termo que recebe a acção expressa pelo verbo transitivo (§ 274), é o paciente da acção verbal, cujo agente é o sujeito”.

O complemento direto ou objeto direto– O predicado complexo acompanha-se de tipos diferentes de argumentos, conhecidos por *complementos verbais*. O primeiro deles é o *complemento direto*, também chamado *objeto direto*, representado por um signo léxico de natureza substantiva (substantivo ou pronome) não introduzido por preposição necessária: Os vizinhos não viram o *incêndio*. Não encontramos os *responsáveis*. (BECHARA, 2009, p. 344)

Tanto Eduardo Carlos Pereira (1907) quanto Evanildo Bechara (2009) descrevem que verbos transitivos diretos não possuem sentido completo, logo precisam de um complemento, ou seja, de objeto. E esses complementos (sem preposição), são chamados de objetos diretos. Portanto, no caso acima em questão, o verbo *escolher* é transitivo direto, sendo *as raparigas* regidas pelo regente *escolhias*.

Ainda no tocante ao verbo transitivo direto, Eduardo Carlos Pereira expõe outras possibilidades para a realização do mesmo:

*424. Os complementos directos ou objectivos facilmente se revelam, formulando-se depois do verbo as perguntas – quem?si se tracta de pessoa, e o *que?* Si se tracta de cousas, p. ex.: Eu ferí-o *que?* O ALVO. – *A flecha transpassou– o que?* A AVE. – *Paulo feriu–quem?* A SI, A ELLA, A NÓS. (PEREIRA, 1907, p. 200)

Evanildo Bechara (2009) diz que a transitividade sustenta-se no conteúdo léxico do verbo, e mesmo apresentando explicações mais complexas e detalhadas, cita em sua gramática que há entendimento variado entre os estudiosos no tocante ao verbo transitivo direto.

Outros autores, levando em conta traços semânticos e sintáticos que caracterizam o complemento direto (além do valor de termo argumental, quase sempre estas unidades léxicas atendem aos testes da passiva, da integração, com a pergunta *que?* etc.) preferem vê-los como verdadeiros objetos. (BECHARA, 2009, p. 446)

Ainda segundo Evanildo Bechara (2009), de modo geral, os complementos nominais restritos a processos de nominalizações que envolvem substantivos, adjetivos ou advérbios, têm sido apontados pela gramática tradicional.

É o que ocorre na frase “Por ordem da sinhá Maria, trouxeram **para junto da** fogueira um ceisão de aipim” (l. 35). A relação sintática que se dá em *para junto da fogueira*, é de regência nominal, havendo um advérbio transitivo, ocorrendo dessa forma a relação entre o termo regente *para junto* (locução verbal), com o seu complemento preposicionado *da fogueira* (regido).

O complemento objectivo ou objecto, sendo paciente da acção verbal de que é agente o *sujeito*, deve ser sempre representado por *substantivo*, *pronome*, palavras ou frases *substantivadas*, exs.: *Eu amei* A PATRIA, *amo-A* e *amal–A-ei* – *Desejo* CUMPRIR MEU DEVER – *Elle ama* o JUSTO – *Quero* QUE ESTUDES. – *Elle exclamou*: – AI DEMIM! (PEREIRA, 1904, p. 200)

É possível perceber em “a lua semelhava um escalér luminoso”, linha 61, que o autor do conto não fez o uso da preposição *a* após o verbo *semelhar*, porém, tanto Eduardo Carlos Pereira como Evanildo Bechara discorrem que, quem se *semelha*, *semelha-se a* ou *com*. “467. As relações de regência são indicadas na *phrase* de *dous* modos – pela **posição** e pela **preposição**”. (PEREIRA, 1907, p.200).

Em “não raro, daquelle oceano *revolto de braços e cabeças*, saia aos gritos, salteando desordenadamente na relva” (l. 47). Notamos que o termo regente *revolto* exige de seu complemento *de braços* a preposição *de*, porém o termo *cabeças* é posto sintaticamente sem tal preposição.

A preposição que serve a dois termos coordenados pode vir repetida ou calada junto ao segundo (e aos mais termos), conforme haja ou não desejo de enfatizar o valor semântico ao da preposição. Ex: As alegrias *de* infância e *de* juventude. / As alegrias *de* infância e juventude. (BECHARA, 2009, p. 566)

Para Evanildo Bechara (2009) a omissão da preposição, torna-se um recurso muito normal quando não se combina com o artigo. Já Eduardo Carlos Pereira (1907) não menciona, em sua gramática, que a preposição que serve a dois termos coordenados poderá vir de forma repetida ou calada, apenas discorre que se trata de uma pequena palavra que subordinando a segunda à primeira, faz a ligação das mesmas.

292. Preposição é uma pequena palavra invariável que se põe entre duas outras para lig-as, subordinando a segunda à primeira, exs.: Livro **de** Pedro, amo **à** Pátria, ferido **porelle**. As palavras subordinantes – livro, amor, ferido, chamam-se **termos antecedentes**, as subordinadas – Pedro, pátria, elle, chamam-se **termos consequentes**. O consequentes se diz *complemento* ou *regimenda*

preposição, e a preposição com seu regimen se diz *complemento do antecedente*. De sorte que a preposição liga sempre um complemento a um termo antecedente. (PEREIRA, 1907, p. 145)

Revolto na oração é um adjetivo, que rege os complementos *de braços e cabeças*. Mesmo não previsto esse recurso na gramática de Eduardo Carlos Pereira, Ismael de Lima Coutinho escreve dessa maneira em seu conto. E na mesma oração é possível analisar o emprego do advérbio *desordenadamente*, que é regido corretamente pelo complemento nominal *na relva* (preposicionado).

Em “É verdade que, de quando em quando, um ou outro crime sobressaltava a atenção publica, *interrompendo-lhe o curso normal*” (l. 137). O autor do conto empregou o verbo interromper como verbo transitivo indireto, sendo que o mesmo trata-se de verbo transitivo direto.

O pronome *lhe*, conforme Evanildo Bechara (2009), pode ser usado com verbos transitivos indiretos que exijam a preposição *a* ou *para*, mas faz a ressalva que, nem sempre complementos iniciados pela preposição *para* costumam ser complementos indiretos. Não sendo assim o caso em questão acima, pois o pronome *lhe* é substituto dos objetos indiretos, ou seja, dos complementos que possuem preposição. Já os pronomes *o*, *a*, *os*, *as*, e variações como *lo*, *la* são objetos diretos.

Logo, o complemento adequado do verbo *interrompendo* seria *interrompendo-o seu curso normal*, pois *algo foi interrompido*. No entanto, Eduardo Carlos Pereira acusa que, em caso de elegância, o *possessivo lhe* (=sua) poderá tomar a forma de *pronomes oblíquos*.

442. Substitui-se elegantemente o *possessivo* pelos pronomes oblíquos do *paragrapho* antecedente, postos em relação complementar terminativa para com o verbo da preposição, p. ex.: *Levei-LHE o livro = Levei o SEU livro – Levou-ME o chapéu = Levou o MEU chapéu – Conheço-LHEas manhas = Conheço as SUAS manhas.* (PEREIRA, 1907, p. 206).

Mas, Ismael de Lima Coutinho, provavelmente tenha empregado o *lhe* nessa linha de interpretação, onde o pronome *lhe* ficaria sintaticamente como SEU/DELA, retomando e ligando ainda o sentido de *atenção pública*.

Em “vergando o corpo ao peso das cangalhas novas, *em cujo cimo tripudiavam*, em saudações à terra, bandeirolas tricolores” (l. 178). Para Eduardo Carlos Pereira (1907, p. 271), “574. *Cujo* admite antes de si a preposição DE ou qualquer outra reclamada pelo verbo que se *lhe segue*”. Dentre as definições apregoadas por Evanildo Bechara, ele descreve que “Conforme a função do núcleo do sintagma nominal, do qual este pronome serve de adjunto, *cujo* pode vir precedido de preposição.” (BECHARA, 2009, p. 202). O gramático ainda cita um exemplo em que *cujo* tem valor *do qual*. Portanto, Ismael de Lima Coutinho bem utilizou a preposição *em* precedendo *cujo cimo tripudiavam*.

4.2. Análise de alguns aspectos de regência nominal e verbal do conto "O negro Eugênio"

Em “Seria *inútil qualquer* resistencia ou tentativa de fuga” (l. 82). Aparece nessa frase um caso de regência nominal, tendo como termo regente *inútil* e termo regido *qualquer resistência ou tentativa de fuga*. Evanildo Bechara (2009) e Eduardo Carlos Pe-

reira (1907) dizem que, em geral, a relação entre um nome e o seu complemento é estabelecida por uma preposição.

Evanildo Bechara (2009, p. 463-485) apresenta uma lista de regências de alguns verbos e nomes, destacando que é indispensável sempre a consulta ao dicionário, em casos de regência, uma vez que o emprego do verbo como transitivo, com ou sem preposição, ou intransitivo depende de sua significação. Todavia, o termo regente *inútil* exige de seu complemento a preposição *para* ou *a*, não tendo assim, sido empregada nesse caso, pelo autor do conto.

Na oração: “Os poderes publicos não *lhes oferecem outro meio*”. (l. 49). Dependendo do sentido, o verbo *oferecer* pode ser transitivo direto ou transitivo direto e indireto. Ainda no tocante a forma *lhe*, Eduardo Carlos Pereira diz que:

Autoriza o uso classico empregar-se como equivalente do *objeto* de certos verbos transitivos a fôrma-**lhe** ou um nome regido da preposição a. Dá-se este phenomenosyntactico nos casos do predicativo indirecto. (PEREIRA, 1907, p. 201)

Evanildo Bechara (2009, p. 343) discorre que “*O complemento direto ou objeto direto – O predicado complexo acompanha-se de tipos diferentes de argumentos, conhecidos por complementos verbais*”. Entretanto, Ismael de Lima Coutinho na oração acima emprega o complemento *lhes* (objeto indireto). Mas o verbo *oferecer*, nessa frase, dá o sentido de proporcionar. Logo, seu complemento seria o oblíquo *os* (objeto direto).

Já em “Meia legua mais e a marcha *chegaria ao seu termo*”. (l. 61). Há a presença do verbo *chegar*, e esse verbo geralmente é

regido da preposição *a*, pois quem chega, chega a um, ou de algum lugar. Tanto em Eduardo Carlos Pereira como em Evanildo Bechara, notamos harmonia de um mesmo sentido e significado. Portanto, Ismael de Lima Coutinho emprega adequadamente a preposição *a* no complemento verbal *ao seu tempo* (termo regido).

Para finalizar, se por um lado Ismael de Lima Coutinho não empregou a regência nominal em “demonstravam claramente o *empenho que* ambos tinham em vencer” (l. 187), pois o substantivo *empenho* (regente) exige de seu complemento nominal (que ambos tinham em vencer) preposição *em, de*. Já na oração “Imaginem qual não foi a sua *surpresa ao* encontrá-lo habitado” (l. 231), Ismael de Lima Coutinho emprega ao termo regido a preposição *a*, uma vez que o substantivo *surpresa* (regente) requer complemento preposicionado.

4.3. Análise de alguns aspectos de regência nominal e verbal do conto "O velho tropeiro"⁷

Já no início do conto temos o enunciado: “tinham sido convidados para *assistir ao desbravamento do Dourado*” (l. 04). O caso do verbo *assistir* é emblemático, uma vez que pode ser usado como transitivo direto ou indireto.

Há verbos cujo conteúdo léxico é de grande extensão semântica; de modo que, se desejamos expressar determinada realidade, temos de delimitar essa extensão semântica mediante o auxílio de outros signos léxicos adequados à realidade concreta. Estes outros signos léxicos que nos socorrem nessa delimitação da exten-

⁷ Disponível em: http://www.filologia.org.br/homenageados/ic/o_velho_tropeiro_conto.pdf. Acessado em: 30 de maio de 2016.

são semântica do verbo, verdadeiros delimitadores semânticos verbais, se chamam *argumentos* ou *complementos verbais*. Os verbos que necessitam dessa delimitação semântica recebem o nome de *transitivos* (BECHARA, 2009, p. 414, 415).

Evanildo Bechara (2009), conforme citação acima, prevê que alguns verbos não são fixos de acordo com a sua classificação. Para Eduardo Carlos Pereira (1907) também vai ocorrer mudança de significado do verbo como seu complemento e cita que existem verbos com dupla, tripla e até quádrupla regência. E diz ainda que:

A mudança de regência implica às vezes mudança de sentido; assim *querer alguma pessoa ou alguma cousa é desejar-as, e querer a alguma pessoa ou a alguma cousa é estimar-as, amá-las, querer bem a ellas; dahi a diferença entre eu lhe quero e eu o quero.* (PEREIRA, 1907, p. 229)

Quando o verbo *assistir* significar *assistência, confortar, ajudar, socorrer*, é transitivo direto. Já o sentido em que aparece na oração analisada acima é de *presenciar, estar presente a, comparecer*, portanto exige a preposição *a*, sendo assim, transitivo indireto.

Na oração “o burro *offerencia* ao seu adversario era o desespero”. (l. 440) Ismael de Lima Coutinho emprega o verbo *offerencia* que pode ser transitivo direto e indireto. Com efeito, a ação contida nesse verbo transita para o complemento direta (*o desespero*) e indiretamente (*ao seu adversário*) ao mesmo tempo. Ou seja, são necessários dois *objetos* para completar o sentido do enunciado, um *direto* e um *indireto*. Pois quem oferece, oferece a alguém alguma coisa.

278. *Transitivo-relativo* é o verbo que pede dois complementos para lhe inteirarem o sentido, um directo ou *objectivo* e outro in-

directo *terminativo*; taes os verbos – *dar, contar, dizer, levar, oferecer, receber, atribuir* etc.: – *Elle deu uma esmola a um pobre – Conteí o facto á autoridade – Recebemos uma carta de nossos Paes – Levamos, offerceremos, atribuímos, dizemos alguma cousa alguém.* (PEREIRA, 1907, p.137, 138).

Eduardo Carlos Pereira (1907) menciona que alguns gramáticos preferem dar a esta classe de verbos o nome de *bitransitivo* (duplamente transitivo). Para Evanildo Bechara (2009) definir verbo transitivo direto e indireto não é tarefa fácil, e, sim, complexa.

Embora o complemento ou objeto indireto integre o conjunto *verbo + complemento direto* ou *complemento relativo*, as circunstâncias do discurso (os entornos, a referência anterior ou seguinte no discurso) permitem que se omita o complemento direto ou complemento relativo, permanecendo na oração apenas o indireto, ou se pode omiti-lo, deixando apenas um daqueles complementos: O diretor escreveu *aos pais*. O diretor escreveu *cartas*. Os vizinhos se queixaram *à polícia*. Os vizinhos se queixaram *do barulho*. (BECHARA, 2009, p. 422)

Há consenso entre muitos gramáticos que a questão de transitividade não é fato absoluto, pois um mesmo verbo, dependendo do contexto, pode ser classificado de modos diferentes. Além disso, é necessário refletir que, em alguns casos, essa variação na classificação em transitivo direto e indireto pode envolver mudança no sentido e no significado do verbo.

Nos enunciados seguintes temos a presença de verbos tidos como intransitivos: “E *chorava* como uma creança.” (l. 61) e “Dias antes de *morrer*, ainda se recordou”. (l. 62). Segundo Eduardo Carlos Pereira (1907) os verbos *nascer, viver, morrer, voar e dormir* são verbos intransitivos, pois não pedem objetos, tão pouco

carecem de qualquer outro complemento para seu sentido pleno. E diz ainda que:

276. *Transitivo intransitivo* é o verbo activo ou neutro cuja acção fica no sujeito, e que, tendo sentido completo em si, não exige complemento nenhum, exs.: *O homem nasce, vive e morre: – A águia voa nas nuvens, e dorme nos altos rochedos.* (PEREIRA, 1904, p. 137)

Já Evanildo Bechara (2009) faz menção à possibilidade de, para muitos verbos, haver a alternância entre a construção de seu sentido e complemento.

Os verbos que apresentam significado lexical referente a realidades bem concretas não necessitam de outros signos léxicos, como fazem os que integram predicados complexos. Dizemos, então, que o predicado é *simples*. A tradição gramatical chama *intransitivos* a tais verbos: Ela não *trabalha*. José *acordou* cedo. As crianças *cresceram* rapidamente. (BECHARA, 2009, p. 415)

O gramático atual discorre ainda que “Um mesmo verbo pode ser usado transitiva ou intransitivamente, principalmente quando o processo verbal tem aplicação muito vaga” (p. 415). Cita ainda os exemplos: “Eles comeram maçãs” (transitivo). “Eles não *comeram*” (intransitivo).

E conclui que, “Por tudo isto, conclui-se que a oposição entre transitivo e intransitivo não é absoluta, e mais pertence ao léxico do que à gramática”. (BECHARA, 2009, p. 415). Inferimos de Evanildo Bechara que se deve ter cautela e uma análise ampla no tocante à transitividade ou intransitividade do verbo. Não sendo à toa que, o problema da transitividade verbal desperta tanto em gramáticos como em linguistas elevado interesse nessa investigação.

5. Considerações finais

Analisando o fenômeno da regência e suas inúmeras possibilidades disponíveis aos usuários da língua portuguesa e as modificações sofridas no decorrer do tempo, concluímos que nenhum estudo da língua poderá ficar atado ao âmbito da sintaxe, devendo considerar a pragmática e a semântica.

O confronto entre Eduardo Carlos Pereira e Evanildo Bechara procurou comprovar as mudanças da língua no decorrer do tempo, o trabalho desses gramáticos normativos e os trabalhos referentes ao ensino da gramática. Discorreremos também sobre variação linguística e, particularmente, sobre a regência.

Ao final deste estudo, conclui-se que sempre existiram fatos a serem observados no estudo da língua e a importância da Historiografia para a compreensão destes fenômenos linguísticos. Não se negara a enorme colaboração do gramático como Ismael Lima Coutinho, pois sua postura considerada “tradicionalista” vem ao encontro da frase de Nietzsche (1887 *apud* KOERNER, 1989, p. 2), “todo grande homem tem sua influência retrospectiva”.

Finalizamos então, deixando explícito o desejo de fomentar novos estudos sobre a Língua Portuguesa e, conseqüentemente, explorar as vertentes de estudo da Historiografia, valorizando as variantes estudadas, ampliando e desenvolvendo estudos que relacionem passado e presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACADEMIA Brasileira de Letras. *Portal Informativo da Instituição*. Disponível em:

<<http://www.academia.org.br/academicos/evanildo-bechara/biografia>>. Acesso em: 02-06-2016.

AUROX, Silvain. *A revolução da gramatização*. Trad.: Eni Orlandi. Campinas: UNICAMP, 1992.

BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Lucerna, 2009.

CÂMARA JR., Joaquim Matoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Padrão, 1985.

GÓIS, Carlos. *Sintaxe de regência*. 4 ed. Belo Horizonte: Francisco Alves, 1938.

KOERNER, Ernst Frideryk Konrad. *Practing linguistic historiography: select essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1987.

_____. *On the problem of 'influence' in Linguistic Historiography*. In: _____. *Practicing Linguistic Historiography*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 1989, p. 31-46.

PEREIRA, Eduardo Carlos. *Grammatica expositiva*. 1. ed. São Paulo: Weiszflog Irmãos, 1907.